



WWF-Brasil

SHIS EQ QL 06/08
Conj. "E"
Lago Sul 71620-430
Brasília-DF
Brasil

Tel: +55 61 3364-7400
Fax: +55 61 3364-7474
Panda@wwf.org.br
<http://www.wwf.org.br>

Posicionamento

10/12/2010

Finanças – do papel à realidade

De acordo com o velho adágio, é melhor prevenir do que remediar, e isso se aplica também às mudanças climáticas. De acordo com o Relatório Stern, estudo que quantificou os impactos das mudanças climáticas e possíveis soluções, a inação poderia custar à humanidade até 20% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial até 2050. Por outro lado, evitar os piores impactos das mudanças climáticas representaria um sacrifício de somente 2% do PIB, descontando as vantagens econômicas e sociais decorrentes de mudanças para um caminho ambientalmente mais correto.

Então, uma pergunta é trazida à tona: quantos recursos são necessários para o mundo em desenvolvimento, que corre maior risco pelas mudanças do clima, e como angariá-los? De acordo com a Rede WWF, este montante deveria ser de US\$ 160 bilhões anuais até 2017, subindo para US\$ 200 bilhões a partir de 2020.

Um dos poucos resultados positivos da COP-15 em Copenhague foi a indicação, no Acordo de Copenhague, de que seriam destinados recursos na ordem de US\$ 30 bilhões entre 2010-2012, subindo para US\$ 100 bilhões até 2020, para o suporte às ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento. Para viabilizar esses recursos e operacionalizar sua aplicação, é fundamental que um novo Fundo Mundial de Clima seja estabelecido, com governança clara e procedimentos transparentes e ágeis.

Os países também precisam fazer esforços para identificar todas as fontes viáveis de financiamento, incluindo recursos públicos e fontes novas e inovadoras. Tempo é um luxo que não temos e o repasse precisa ser operacionalizado com urgência.

Países desenvolvidos precisam contribuir com este montante por meio dos seus orçamentos nacionais. No entanto, a alta quantia necessária e a crise internacional, que fortemente endividou os países e aprofundou esforços de controlar gastos governamentais, tornam mais difícil juntar recursos suficientes por meio de uma única fonte. Assim, o mundo precisa olhar para outras fontes de recursos. Destacamos três opções defendidas pela Rede WWF:

1. “Contribuições” sobre o transporte aéreo e marítimo

Os setores de aviação civil e transporte marítimo são responsáveis por parcela importante das emissões mundiais de gases de efeito estufa - cerca de 1 gigatonelada de CO₂, equivalente às emissões da Alemanha. As formas de conseguir recursos destes setores variam e podem incluir taxaço sobre o combustível usado (taxaço



essa inexistente atualmente em razão de acordos internacionais), taxaço sobre os bilhetes vendidos, dentre outros.

Os impactos negativos esperados são poucos, resultando em uma reduço do uso destes modais na ordem de alguns dcaimos de pontos percentuais. No entanto, os recursos que poderiam ser levantados são consideráveis, variando de US\$ 6-22 bilhões, de acordo com as regras de repartiço dos recursos entre governos, projetos de pesquisa e apoio ao setor e iniciativas de mitigaço e adaptaço climática.

É preciso tomar cuidado para que países em desenvolvimento não sejam indevidamente prejudicados por esses esquemas de acordo com o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas. Como maiores responsáveis pelas alteraçoes climáticas, países desenvolvidos devem carregar a maior parte do peso de tais políticas.

2 – Taxaçao sobre fluxos financeiros

O mundo moderno é indissociável da fluidez na movimentaçao de dinheiro dentro de cada país e entre os países do mundo. Embora muitas transaçoes sejam benéficas para o crescimento econômico e a manutenço dos fluxos comerciais e de pessoas, o sistema é propenso a sucumbir diante da visao de curto prazo de algumas pessoas e instituicoes, como nos mostrou a crise de 2007.

Uma forma de conseguir recursos e amenizar possíveis crises futuras é taxar todo tipo de transaçao financeira como câmbio, açoes, derivativos, dentre outros. Uma taxa de 0,1% aplicada globalmente poderia gerar entre US\$ 410 e US\$ 1.060 bilhões sem grandes impactos nas taxas de investimento ou poupança.

Como no caso anterior, é preciso atentar para que os países em desenvolvimento não saiam prejudicados do esquema e que os recursos sejam usados majoritariamente para apoiar os Objetivos do Milênio, tanto no que se refere à reduço do impacto ambiental causado pela humanidade quanto para apoiar a melhoria de indicadores sociais e econômicos.

3 – Leilões internacionais de permissões de emissão

Ao ratificar o Protocolo de Kyoto, os países desenvolvidos receberam uma quantia limitada de permissões de emissão, ou AAU (Assigned Amount Units, no jargão climático). A quantia dada aos países reflete o objetivo do Protocolo de reduzir as emissões do mundo desenvolvido em 5,2% entre 2008-2012, em relação ao ano de 1990.



Atualmente, os AAU são dados sem custo algum aos países. No final do período de compromisso, a emissão de um país no período 2008-2012 precisa ser igual ou inferior à quantidade de AAU que possui.

Uma possibilidade para levantar recursos é leiloar, por meio da ONU, uma pequena porcentagem destas permissões. Países desenvolvidos, percebendo a necessidade de obter AAU para cumprir com suas metas, competiriam entre si por essas permissões. Os custos desse esquema podem ser repassados, de acordo com a política de cada país, a suas empresas, a seus habitantes (por meio de taxações) ou a seu orçamento governamental.